

OS LIMITES DO CAPITAL – DAVID HARVEY¹

Paul Mattick Jr.

Nota introdutória (Revista Enfrentamento)

Esta resenha, de Paul Mattick Jr. ao livro de David Harvey, é relevante por esclarecer o conjunto de confusões e más interpretações que Harvey realiza a respeito da teoria do capitalismo de Marx. Este é o mérito do texto de Mattick Jr. Contudo, é necessário pontuar ao menos uma fraqueza de sua crítica. Ele fica preso, mesmo que de modo crítico, ao conjunto de temas e argumentos de Harvey. Sem ir além dos limites deste, fica impossível apreender a sentido real da crítica de Marx ao modo de produção capitalista e ao conjunto da sociedade burguesa dele derivada.

Ao não dar o passo seguinte na crítica a Harvey, Mattick Jr. limitou sua própria crítica. Restou a ele analisar o capital como relação social de exploração (luta de classes). Esta luta de classes, por vezes, emerge em movimentos radicais da classe operária. Esta classe engendra um processo de transformação revolucionária da sociedade. Além do mais, a própria luta da classe operária, quando se converte em movimento político (ou seja, atingindo amplos setores da sociedade, adquirindo caráter regional e nacional, indo além de meras greves locais), não só confirma a tendência à crise derivada da “tendência à queda da taxa de lucro médio”, como também a agrava. A tendência espontânea do capital, que gera a queda da taxa de lucro, tende a gerar luta e resistência proletária. Esta, uma vez existindo, reforça aquela. Este seria o passo seguinte para se completar a crítica às teses de Harvey. Mattick Jr. não o deu. Deixamos este indicativo, que não é possível desenvolver aqui de modo mais extensivo e profundo, mas que permite ao leitor apreciar o texto de Mattick Jr. de um modo mais crítico, bem como apresenta elementos conceituais e políticas que criam possibilidades de se estudar o texto de Harvey também de forma mais radical do que fez o próprio Mattick Jr.

¹ Texto publicado originalmente em 2008. Esta tradução foi realizada por Murillo Amboni Schio e revisada por Thiago Papageorgiou a partir da versão em inglês disponível em: <https://thenextrecession.files.wordpress.com/2014/05/mattick-on-harvey.pdf>

A capa desta reedição do livro de David Harvey anuncia que ele é “novo e totalmente atualizado”; na verdade, além de um pequeno texto introdutório, é uma reimpressão sem alterações da publicação original de 1982. Harvey optou por não repensar suas ideias em resposta às muitas avaliações – geralmente extremamente positivas – de sua obra, à enchente de publicações sobre *O Capital* de Marx lançadas no último quarto de século ou aos desenvolvimentos econômicos e políticos durante o mesmo período. A nova edição oferece, entretanto, uma oportunidade para uma reconsideração deste texto, que Bob Jessop já em 2004 proclamou um “clássico” da escrita marxista (p. 480) e que o próprio Harvey descreve em sua nova introdução como “presciente” e “ainda mais relevante agora” que vinte e cinco anos atrás. O livro de Harvey é ambicioso e muito vigoroso, cheio de sugestões teóricas interessantes. Não vou comentar a maioria delas aqui, mas me limitarei ao cerne do argumento de Harvey. Como este toma a forma de um confronto direto com *O Capital*, podemos analisar a adequação de sua compreensão e crítica das ideias de Marx examinando seu tratamento de três tópicos inter-relacionados centrais a essas ideias: o método de construção teórica empregado n’*O Capital*; a teoria do valor de Marx e seu lugar na análise do capitalismo; e a teoria da crise que Marx desenvolveu com base nessa teoria.

Marx atinge seus objetivos teóricos, de acordo com Harvey, através da “aplicação implacável dos modos dialéticos de raciocínio – cujos princípios são muito diferentes, mas tão duros e rigorosos quanto qualquer formalismo matemático” (2004, p. 38 [2013, p. 87]²). Como esta comparação sugere, o pano de fundo é uma comparação do argumento de Marx com os modos de análise da economia matemática moderna e, de fato – como veremos –, a economia acadêmica moldou de forma importante o pensamento de Harvey. Por outro lado, o “rigor” da dialética nunca é explicado ou ilustrado. O elogio geral coexiste com constantes críticas específicas. No que diz respeito à relação dos valores com os preços, certamente uma questão central da teoria de Marx,

² Optamos aqui por traduzir diretamente do inglês; as respectivas páginas da edição em português são citadas entre colchetes: David Harvey, *Os limites do capital*, São Paulo, Boitempo, 2013. (Nota do Tradutor)

parece que ele só chegou “perto... de resolver o problema”, sem dúvida por causa de “sua técnica matemática extremamente limitada” (2004, p. 67 [2013, p. 122]). O erro de Marx continua um erro ainda que pequeno: seu procedimento de transformação “está incorreto” e seu argumento é logicamente defeituoso (2004, p. 4 [2013, p. 46-7]). E com relação à queda da taxa de lucro, que Marx considerava “a lei mais importante da economia política moderna”, seu argumento, aos olhos de Harvey, “não é particularmente bem aprimorado ou rigorosamente definido” (2004, p. 181 [2013, p. 254]). De fato, embora a intenção de Marx fosse utilizar esta “lei” como base para uma teoria de crise, Harvey conclui que as crises não têm “nada a ver diretamente com a suposta lei da queda dos lucros” (2004, p. xxiii [2013, p. 28]).

De fato, independentemente de em que possa consistir a dureza da dialética marxiana, segundo Harvey, *O Capital* está longe de ter uma estrutura rigorosamente lógica no sentido comum: seus primeiros capítulos “não são blocos de construção firmes e fixos sobre os quais todos os capítulos subsequentes são erguidos” (2004, p. xxxi [2013, p. 37]). Harvey descreve a dialética de Marx em termos convencionais como procedendo pela descoberta de “contradições” que, uma vez resolvidas, dão origem a novas, num argumento que gira “para frente e para cima... para englobar todos os aspectos do modo de produção capitalista” (2004, p. xxxii [2013, p. 38])³. Por outro lado, aparentemente, muita coisa permanece sem ser englobada: após sete capítulos resumindo e interpretando o argumento de Marx até sua teoria da queda da taxa de lucro, Harvey pretende usar o mesmo dispositivo da lógica dialética “para estender o argumento de Marx a terrenos menos familiares”, demonstrando em particular que as condições de crise geradas pelo sistema como Marx o analisa “podem ser absorvidas por novas formas de circulação”, apenas para reaparecer devido à “dinâmica da mudança tecnológica” (2004, p. xxxii [2013, p. 38]).

Segundo o próprio Marx, a forma dialética de exposição utilizada ocasionalmente n’*O Capital* era apenas um “método de apresentação” de ideias trabalhadas pelos métodos lógicos comuns de análise científica, um “modo de expressão” escolhido tanto

³ Na edição brasileira a tradução é “para dentro e para fora”; não tivemos acesso à edição de 2004 de *Limits to Capital*, porém na edição de 2007 consta como “outwards”, para fora, ao invés de “upwards”, como Mattick Jr. cita. É possível que Mattick Jr. tenha cometido um pequeno equívoco ao citar este trecho. (Nota do Tradutor)

para homenagear Hegel quanto porque reflete a natureza de uma sociedade cujo movimento pode ser descrito como “cheio de contradições” na medida em que seu progresso normal leva necessariamente à crise. Por outro lado, o “método dialético” de *investigação*, como explica Marx no posfácio à segunda edição d’*O Capital*, livro I, citando com aprovação o primeiro revisor russo de seu livro, é apenas a tentativa de descobrir a lei que rege a variação dos fenômenos do capitalismo, “de sua transição de uma forma para outra”; ou seja, “mostrar, por uma investigação científica exata, a necessidade de sucessivas ordens determinantes de relações sociais, e estabelecer, da forma mais impecável possível, os fatos dos quais ele [Marx] parte e dos quais depende” (1976, p. 100-101 [2013, p. 89]). Marx, em outras palavras, fundamenta sua pretensão de rigor científico precisamente na lógica comum (pela boa razão de que, embora não haja espaço para argumentar aqui, não há outro tipo).

No entanto, é verdade que *O Capital* não tem a forma simples de uma dedução de consequências a partir de um conjunto de premissas iniciais. Por exemplo – e mais fundamentalmente –, a análise da forma-valor iniciada no início do livro I não é realmente concluída até o final do livro III⁴. Há duas razões para a complexa estrutura do argumento de Marx. Uma é que sua obra não é simplesmente uma teoria social, mas, como seu subtítulo proclama, uma crítica da economia política e pode ser descrita como “dialética” (além dos dois sentidos dessa palavra mencionados acima), pois segue o padrão hegeliano⁵ de demonstrar que um modo de pensamento historicamente dominante representa de fato uma inversão do verdadeiro estado de coisas⁶. Marx começa com o fato de que o capitalismo parece – aos olhos dos teóricos econômicos e

⁴ Isto teria que ser demonstrado. Na verdade, toda a Seção I – Mercadoria e dinheiro, do Livro I de *O Capital*, que compreende os três primeiros capítulos, é uma demonstração lógica e histórica do processo de formação do valor. Da forma simples, até a forma dinheiro do valor, há uma definição clara de valor, é realizada uma demonstração de como o valor se forma, como se desenvolve, as formas que assume etc. Ou seja, esta afirmação de que a teoria do valor de Marx não está concluída no livro é falsa. Mattick Jr. teria que provar o contrário. Somente esta afirmação solta não é absolutamente suficiente. (Nota da Revista Enfrentamento).

⁵ Aqui há uma confusão, pois Hegel não vê o pensamento historicamente dominante como uma inversão da realidade. Para ele, o real é racional, ou seja, há correspondência entre pensamento e realidade. Marx é que afirma que a dialética de Hegel está de cabeça para baixo. (Nota da Revista Enfrentamento).

⁶ Ver Mattick, 1997.

dos atores sociais comuns – ser caracterizável essencialmente como uma sociedade de mercado, apenas para mostrar que nesta base a produção de lucro, o objetivo da troca capitalista de mercado, é inexplicável. Isto abre o caminho para a demonstração de que a relação de classe entre capitalista e trabalhador assalariado subjaz à generalização das relações de mercado: somente quando a capacidade de trabalhar se torna uma mercadoria é que todos os bens devem se tornar mercadorias. O lucro – a exploração dos trabalhadores assalariados pelos capitalistas – é anterior à generalização do mercado. A especificidade histórica do capitalismo, entretanto, permanece oculta do ponto de vista econômico, o qual, tomando as relações de mercado como garantidas, é incapaz de explicar sua origem ou dinâmica. Da mesma forma, a conclusão do texto de Marx explica não apenas a mecânica de formação dos preços, mas também como estes obscurecem a relação de classe da produção.

Esta diferença sistemática entre as relações sociais e os processos fundamentais para o capitalismo e a forma como eles aparecem para os envolvidos no funcionamento do sistema é a segunda razão para a complexidade da análise de Marx. Cada capitalista acredita que o retorno de seu investimento é uma função da estrutura particular de seus investimentos em trabalho e meios de produção, juntamente com as condições de mercado que regem as entradas e saídas de seu processo. Mas Marx afirma demonstrar que a centralidade da troca mercantil para um sistema social baseado no trabalho assalariado implica que o valor das mercadorias e o mais-valor que elas contêm é determinado pela relação de cada entidade capitalista com o sistema produtivo total. Isto é, fundamentalmente, porque o trabalho realizado pelos trabalhadores em qualquer empresa individual só conta como trabalho social na medida em que é abstraído de seu caráter particular por ser trocado por e assim representado pelo dinheiro. A atribuição de um valor a uma mercadoria em termos de dinheiro torna essa mercadoria comparável (como tendo um valor) a qualquer outra mercadoria, integrando assim os processos de produção dos vários bens em um sistema de toda a sociedade. Esta homogeneização da atividade produtiva pela equação de seus produtos às quantidades de dinheiro é experimentada por cada entidade de capital como a pressão competitiva dos mercados por insumos e produtos finais. Em particular, o mais-valor que surge porque as necessidades totais de consumo da classe trabalhadora são menores do que a

quantidade total de valor que ela produz aparece como que produzido unidade por unidade através de respostas empresariais às condições de mercado.

Assim, o desafio enfrentado por uma análise do funcionamento do sistema social é fazer justiça simultaneamente ao caráter individual das entidades capitalistas – a ausência de qualquer mecanismo de planejamento global – e ao fato de que elas estão limitadas em suas operações por sua relação com o resto do sistema. Isso Marx conseguiu, como explicou no “Prefácio” da primeira edição d’*O Capital*, ao utilizar “o poder da abstração”⁷. Ele começa por representar o sistema⁸ como sendo composto de “partes alíquotas”, como uma forma de examinar as características compartilhadas por todas as empresas capitalistas. Assim, ele abstrai de todas as características que, na realidade, diferenciam as empresas – a relação investimento em força de trabalho e meios de produção, o tempo necessário para amortizar os investimentos de capital, a produtividade do trabalho, etc. Além disso, a fim de estudar as características especificamente capitalistas da sociedade moderna, ele abstrai de aspectos como a atividade estatal, a existência e atividade de classes que não sejam as dos capitalistas e trabalhadores, e até mesmo a existência de nações separadas. Ao longo dos dois primeiros livros de sua obra, ele abstrai também do fato de que diferentes funções de capital – notadamente, marketing e gestão de capital monetário – são realizadas em tipos distintos de empresas, a fim de focar na produção de valor e mais-valor. O livro 3 introduz formas de capital especializadas na circulação de mercadorias e dinheiro e outras formas econômicas não baseadas na produção, notadamente o aluguel. Também aqui, a fim de estudar a forma como as leis abstratas inicialmente estabelecidas operam

⁷ Na tradução brasileira de *O Capital*, feita pela Abril Cultural, emprega-se o termo “faculdade de abstrair”, que consideramos bem mais adequado do que “poder da abstração”. Cf. MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Nota da Revista Enfrentamento)

⁸ Marx emprega os termos modo de produção capitalista (quando se refere à forma histórica da produção capitalista) e sociedade burguesa, sociedade capitalista e sociedade moderna para referir-se ao conjunto da sociedade, que engloba o modo de produção, mas é mais amplo que ele. Em que pese empregue por vezes a palavra sistema, não é algo estrutural em sua obra. Alternar modo de produção capitalista por sistema capitalista é problemático, pois o termo sistema está envolvido, sobretudo nos dias de hoje, com ideologias burguesas (teoria dos sistemas, estruturalismo, funcionalismo etc.), sendo parte estruturante de tais concepções. Se no tempo de Marx, tal termo já apresentava problemas, atualmente, é completamente descartável para a teoria marxista. (Nota da Revista Enfrentamento)

no mundo real das empresas capitalistas, Marx considera os efeitos, visíveis na concorrência, das diferenças entre as empresas das quais ele abstraiu no início.

Como se sabe, a intenção original de Marx era continuar seu trabalho com livros adicionais analisando os aspectos do capitalismo deixados de fora em seu estudo do capital: as especificidades econômicas do trabalho assalariado e da propriedade fundiária; as complexidades das finanças; a interação das economias nacionais no mercado mundial; as formas pelas quais as tendências abstratas para a ruptura sistêmica que ele desenvolveu na primeira parte de seu estudo se manifestam na história econômica. A extensão de Harvey do argumento de Marx pode, portanto, ser vista como uma tentativa de realizar o programa original. Este é certamente um objetivo que vale mais do que a pena: é necessário, para que a obra de Marx funcione, como ele desejava, como o núcleo de uma tradição viva de investigação científica.

O sucesso de Harvey, entretanto, é limitado por dois aspectos de sua obra. Primeiro, ele tenta fazer muito em um espaço muito curto; o resultado é uma profusão de esquemas teóricos e sugestões sem fundamentação empírica suficiente. Por exemplo, analisando a crise, ele constrói um modelo de “ciclo de acumulação”, atribuindo-o a Marx com base em várias citações d’*O Capital*, e depois afirma que “a evolução histórica do capitalismo... é realizada ao longo de sucessivos ciclos de acumulação” (2004, p. 326 [2013, p. 422-3]), tudo sem qualquer referência à história real dos fenômenos cíclicos. O segundo, paradoxalmente, é uma espécie de super-empirismo, com o resultado de que o livro de Harvey lembra o julgamento de Marx sobre *A Riqueza das Nações*, de que Adam Smith vacila entre as categorias teórica e empírica de mais-valor e lucro de uma forma que cria inconsistências em sua teorização. A raiz do problema é a falta de clareza de Harvey no que diz respeito aos diferentes níveis de abstração operantes em diferentes fases da análise de Marx. Isto resulta tanto em mal-entendidos a respeito de Marx quanto em confusão sobre a relação lógica de suas próprias ideias com as de Marx. O principal exemplo desta dificuldade – que examinaremos em alguns detalhes abaixo – é o tratamento de Harvey da teoria da crise de Marx, baseado na previsão de uma queda tendencial da taxa de lucro. Mas ela é visível por todo o seu livro.

Por exemplo, discutindo a teoria do mais-valor avançada no livro I d'*O Capital*, Harvey observa que Marx exclui de seu relato da determinação do valor da força de trabalho questões tais como “mudanças nos padrões físicos de vida, mudanças no processo de trabalho no lar, mudanças no papel da mulher na família, formas de luta de classe e assim por diante”. Ele acha que Marx não deve ser culpado por isto, porque “estas são questões difíceis e complexas” (2004, p. 162 [2013, p. 232]). No entanto, ele o responsabiliza por não realizar “nenhum estudo sistemático dos processos de produção e reprodução da força de trabalho”, chamando isto de “uma das lacunas mais graves da própria teoria de Marx” (2004, p. 163 [2013, p. 233]). Na verdade, nenhuma dessas questões é diretamente relevante para a tarefa que Marx realiza n'*O Capital*, que não é, vale ressaltar, um relato geral da evolução da sociedade capitalista, mas uma análise do *capital* – isto é, da produção e acumulação de mais-valor (é por isso que Marx reservou uma discussão sobre o trabalho assalariado para o projetado, mas não escrito⁹, livro II da obra da qual *O Capital* teria sido o livro I¹⁰). Não é porque as mudanças no trabalho doméstico sejam complexas e difíceis de entender que Marx abstrai delas, mas porque elas são irrelevantes para a questão de como o investimento de capital em força de trabalho torna possível a geração de um novo e ampliado valor. É igualmente irrelevante para os propósitos de Marx se a expansão da força de trabalho procede do crescimento da população, da incorporação de populações não capitalistas no sistema em expansão, ou da atração de membros da classe trabalhadora anteriormente desempregados (como crianças ou donas de casa) para o trabalho assalariado. É suficiente para ele mostrar que a tendência à mecanização produz tendencialmente um excedente de mão de obra que está disponível quando é necessário um emprego ampliado.

⁹ Isso não é inteiramente verdadeiro, pois há no Livro I todo um capítulo destinado à análise do trabalho assalariado: Capítulo XV – Variação de grandeza do preço da força de trabalho e da mais-valia; Também, toda a Seção VI – Salário, composta pelos Capítulos XVII, XVIII, XIX e XX, é destinada a esta temática. (Nota da Revista Enfrentamento)

¹⁰ No original alemão *O Capital* é dividido em três (3) “Teilen” ou “Partes” que constituem um só Livro; nas publicações em português, por influência das edições em francês (a primeira publicação, de 1875, foi realizada em fascículos e posteriormente publicada como *Le Capital*, livre I), que constituíram a base para as primeiras traduções para o português, optou-se por chamar a obra de “Livro 1, 2, e 3”. (NT)

Essa confusão sobre os níveis de abstração impede a compreensão de Harvey do conceito mais básico da teorização de Marx, o próprio valor. Como ele observa em seu primeiro capítulo, este conceito, como Marx o utiliza, repousa sobre a distinção entre trabalho abstrato e concreto. Ele também entende que é “a comensurabilidade das mercadorias conseguidas através da troca” que “torna o trabalho incorporado nelas igualmente comensurável” (2004, p. 14 [2013, p. 59]), e que isto é alcançado especificamente através da troca por dinheiro. Um capítulo depois, ele aborda novamente a mesma questão, sob o título de “A redução do trabalho qualificado ao trabalho simples”, um caso especial da redução do trabalho concreto ao abstrato. Marx deve, diz ele, encontrar “alguma forma satisfatória de reduzir a heterogeneidade manifesta do trabalho humano concreto, com toda a sua diversidade quanto à habilidade e afins, a unidades de trabalho abstrato simples” (2004, p. 57 [2013, p. 110]). Ele considera o tratamento de Marx para este problema, infelizmente, “ambivalente e enigmático”, já que Marx “simplesmente afirma que a ‘experiência mostra’ que a redução está ‘sendo feita constantemente’ por um ‘processo social que ocorre por trás das costas dos produtores’”, sem se preocupar em explicar o que é este processo (*ibid.* [2013, p. 110-11]). Insatisfeito com as tentativas de resolver esse problema de vários acadêmicos, Harvey oferece uma solução própria: a ideia de que a mecanização dos processos de trabalho, que desqualificam os trabalhadores, na verdade transforma o trabalho em algo abstrato, no sentido de que ele não está ligado a habilidades e aplicações específicas, mas pode ser deslocado livremente de uma área de produção para outra. Longe de ocorrer “pelas costas” dos atores sociais, a “redução de mão de obra qualificada para mão de obra simples é... um processo real e observável” (2004, p. 59 [2013, p. 113]).

Isto não é apenas adotar a visão oposta à de Marx da questão em discussão, embora Harvey reivindique autoridade marxiana para sua visão com base em algumas passagens dos *Grundrisse*: a visão de Harvey é absurda como uma explicação do conceito de valor. Em primeiro lugar, o processo de mecanização e de desqualificação – que, na verdade, sempre envolve a aquisição de novas habilidades por alguns trabalhadores, mesmo que outros estejam perdendo habilidades antigas – deixa intocada a heterogeneidade do trabalho concreto, que deriva da heterogeneidade dos valores de

uso e dos distintos métodos técnicos de produção utilizados para fazê-los. Se um trabalhador siderúrgico redundante for colocado para trabalhar em uma fábrica de montagem de monitores de computador, mesmo com a (improvável) suposição de que nenhum dos dois tipos de trabalho requer habilidades especializadas, o “tempo de trabalho socialmente necessário” é definido de forma diferente para os dois ramos de produção, de modo que uma hora de um tipo de trabalho não pode ser tratada como uma quantidade equivalente de trabalho abstrato a uma hora do outro tipo. Em segundo lugar, a mecanização é um processo que progrediu ao longo da história do capitalismo. Mas a troca de mercadorias e o uso moderno do dinheiro como encarnação de valor são elementos constantes do sistema. A sugestão de Harvey tornaria a teoria do valor, na melhor das hipóteses, tendencialmente aplicável ao capitalismo. Mais uma vez, o que começa com uma celebração do gênio de Marx leva à dúvida sobre seu empreendimento teórico: “que credibilidade podemos colocar sobre uma teoria de valor que pressupõe que tal redução [de mão de obra qualificada a simples] tenha ocorrido?” (2004, p. 118 [2013, p. 182]). Dado que todo o edifício teórico de Marx se baseia na teoria do valor, esta dúvida equivaleria a uma rejeição de todo *O Capital*, se Harvey não tivesse, em sua opinião, resolvido o problema.

Se, como Marx argumenta nas passagens dos *Grundrisse* citadas por Harvey, o conceito de trabalho abstrato tende a adquirir um equivalente material na crescente mobilidade da força de trabalho de uma ocupação para outra, esta é, do ponto de vista de Marx, uma consequência e não a origem da dominação da produção pelo valor e pela redução do trabalho concreto para o abstrato. E a concepção de Marx de como esta redução é realizada não é mais enigmática do que ambígua. É apenas o processo de troca por dinheiro que Harvey explicou tão bem vinte páginas antes: a redução do trabalho qualificado a “simples” é apenas um aspecto da homogeneização geral da mão de obra concreta efetuada no processo de troca. Harvey confundiu um processo histórico, a tendência de substituir trabalho por máquinas – devido tanto à eterna exigência de reduzir custos para aumentar os lucros quanto à oportunidade inerente à forma do trabalho assalariado de transformar o trabalho num “recurso humano” flexível – com a característica mais abstrata do capitalismo, a socialização do trabalho controlado privadamente pela troca monetária.

Os efeitos negativos da confusa compreensão da teoria do valor de Marx por Harvey são particularmente evidentes em sua discussão sobre o capital fixo (capital que, investido em instalações e equipamentos de longa duração, é substituído apenas ao longo de vários ciclos de produção). Esta forma de capital levanta questões interessantes, como observa Harvey: o valor do capital fixo, transferido de forma fragmentada para mercadorias produzidas, circula enquanto o meio de produção, como valor de uso, permanece no lugar; porque um determinado meio de produção pode vir a ser produzido mais eficientemente antes de ser substituído, baixando seu valor, ele pode vir a transferir menos valor ao produto do que o que possuía no momento da compra. Enquanto isso, a alteração dos preços dos bens finais pode produzir uma situação em que o dinheiro recuperado para a substituição do capital fixo é menor do que seu custo real. A estes, Harvey acrescenta a ideia de que a lucratividade de uma empresa que emprega um determinado meio de produção afetará o preço pelo qual esse meio de produção pode ser vendido ou alugado. Ele conclui que:

parecem existir, portanto, três formas pelas quais o “valor” do capital fixo pode ser determinado: pelo preço de compra inicial, pelo mais-valor que ajuda a produzir através do consumo produtivo, ou por seu valor de reposição (2004, pp. 209-10 [2013, p. 287-8]).

Supondo que o que ele quer dizer com “preço de compra inicial” é (como na análise abstrata do livro I) o valor no momento da compra, isto é, na concepção de Marx, subordinado ao “valor de reposição”: como com todas as mercadorias, o valor é definido a qualquer momento como o “tempo de trabalho socialmente necessário” naquele momento (o próprio Harvey reconhece isto na p. 215 [2013, p. 294], embora sem perceber que isso contraria seu argumento anterior). O mais-valor que uma máquina ajuda a produzir é, naturalmente, uma quantidade teórica abstrata desconhecida para o capitalista e mesmo no nível mais abstrato não é conceitualmente o mesmo que o lucro que o capitalista reivindica. Mas, embora a lucratividade de uma empresa que emprega uma máquina possa ter um efeito sobre seu preço, ela não determina seu valor. Logo, é bastante incorreto afirmar que “o valor da máquina em qualquer momento é uma determinação simultânea das três circunstâncias” (2004, p. 210 [2013, p. 288]), seja lá o que isso possa significar. Aqui, vemos a relação entre a falta de compreensão da teoria do valor e a confusão entre diferentes níveis de abstração (preço e valor, lucro e mais-valor).

Na tentativa de resolver algumas das dificuldades que sua própria visão um pouco torta criou, Harvey aproveita-se da ideia, preferida por alguns neorricardianos, de “produção conjunta” – tratando “o valor residual do capital fixo... como um produto do processo de produção” (2004, p. 213 [2013, p. 291]). Mas isto – que equivale à eliminação do conceito de capital fixo – é completamente impossível dentro dos termos da teoria de Marx, na qual o produto do processo produtivo deriva seu valor da transferência de mão de obra incorporada nos meios de produção e do novo trabalho despendido na sua utilização. Não adianta observar, novamente saltando entre níveis de abstração, que “existem mercados de segunda mão para máquinas” (2004, p. 213 [2013, p. 292]): vender uma máquina não é o mesmo que produzi-la.

O livro de Harvey está permeado com esses mal-entendidos. Mas o exemplo central de sua confusão quanto aos níveis de abstração na teoria marxiana é, precisamente, sua concepção da relação entre a teoria abstrata da crise de Marx e os fenômenos reais de crises como eles foram vividos ao longo da história do capitalismo. Na estimativa de Harvey a “exposição da lei da queda dos lucros”¹¹ do livro III do *Capital* foi planejada apenas “como um ‘primeiro recorte’ de sua teoria da formação de crises”, pois ela não consegue “integrar todas as percepções dos dois primeiros livros do *Capital* em uma declaração completa do mecanismo da crise” (2004, p. 191 [2013, p. 266]). Por exemplo, ao declarar sua lei, Marx não considera o papel das finanças, a intervenção do Estado no mecanismo econômico, ou as particularidades do capital fixo. Considerar tais questões exige um ajuste da teoria do “primeiro recorte” – um ajuste que Harvey afirma realizar em suas teorias do “segundo e terceiro recortes” da crise. É por isso que a lei da

¹¹ Aqui é importante apresentar o sentido da palavra “lei” tal como empregada por Marx em *O Capital* e outras obras. Embora já em seu tempo o termo “lei” fosse utilizado com o sentido de algo inexorável, que independe da ação humana, que age sobre os seres humanos etc., em Marx tem um sentido diferente. Em primeiro lugar, “lei”, como dinâmica dos processos sociais, seria algo equivalente a tendência, ou seja, um processo que tende para determinada realização. Contudo, a esta tendência, contrapõe-se determinadas contratendências, que podem, inclusive, dobrá-las no sentido oposto. Em segundo lugar, há que se destacar, que sempre se trata de relações sociais (humanas), ou seja, criadas por seres humanos, históricos, concretos, determinados socialmente. São, pois, não algo inexorável e extra-humano, exercendo uma força sobre eles. É criação humana e pode ser transformada pelas próprias ações humanas. Há, pois, um profundo humanismo radical na discussão de Marx sobre tal questão. Isto é detalhadamente discutido em MAIA, Lucas. *Leitura epistêmica de O Capital*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2021. Encontra-se também importante reflexão sobre em: VIANA, Nildo. *Escritos metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa, 2007. Interessante reflexão a respeito é realizada também por: MONDOLFO, Rodolfo. *Estudos sobre Marx*. São Paulo: Mestre Jou, 1967. (Nota da Revista Enfrentamento)

queda dos lucros, enquanto explica “a fonte estrutural da contradição interna do capitalismo” (2004, p. 425 [2013, p. 536]) “não tem nada a ver diretamente” com crises reais (e de qualquer forma é apenas uma “suposta lei”).

Além da questão de como uma lei que é apenas “suposta” pode ser uma “fonte estrutural”, o problema aqui reside no próprio conceito de “fonte estrutural”. Qual é a relação entre a lei abstrata de Marx e as perturbações reais da acumulação de capital que chamamos de crises? Do ponto de vista de Marx, é a diminuição da lucratividade do próprio capital, além de quaisquer efeitos indiretos que ele possa ter, que produz os fenômenos de crise, tais como pânico financeiro, desemprego em massa e abarrotamento de mercadorias no mercado em geral. Por outro lado, a diminuição tendencial da lucratividade que Marx prevê não é sentida como tal pelos agentes econômicos. Isto porque a taxa de lucro à qual se refere a lei de Marx é a relação entre o mais-valor total produzido na sociedade e o capital total investido. Este mais-valor é distribuído entre as muitas empresas que compõem o capital total – tanto as que produzem mercadorias quanto as que as comercializam ou que emprestam dinheiro aos capitalistas produtivos – e também aos atores não capitalistas, como o Estado e os proprietários de terras, criando as categorias empíricas de juros, lucro do empresário, salários de executivos, aluguel, despesas do Estado, etc. A taxa de lucro (marxiana) estabelece assim um limite para a quantidade de dinheiro disponível a qualquer momento para investimento. Mas mesmo este limite normalmente não é sentido como tal, porque a profusão de instrumentos de crédito que medeiam a expansão contínua do investimento normalmente representará somas de dinheiro (“capital fictício”) acima do valor real existente. Isto pode só se tornar aparente em uma crise quando a necessidade de pagar os empréstimos não puder ser atendida. É então que, diz Marx, a lei do valor se faz sentir “da mesma forma [que] a lei da gravidade se afirma quando a casa de uma pessoa desaba em cima dela” (1976, p. 168 [2013, p. 150]). A comparação sugere o tipo de análise que Marx tem em mente: embora a força da gravidade seja uma construção teórica que não deve ser identificada com nenhum dos fenômenos observáveis de uma casa em colapso, ela fornece uma explicação causal dos infelizes acontecimentos. É assim com a queda da taxa de lucro de Marx.

O caráter abstrato da lei de Marx é complicado por uma característica adicional: ele enfatiza que ela só pode ser uma *tendência*, pois o próprio capitalismo produz “influências contrárias... estimulando e anulando o efeito da lei geral” (1981, p. 338 [2017, p. 271]¹²). Consequentemente, os efeitos desta lei só são visíveis com o tempo; ela descreve as consequências das características válidas para o sistema capitalista como um todo, ao longo de toda a sua história. O que essa história demonstra e, segundo Marx, continuaria a demonstrar no futuro, é que os fatores contratendentes só podem compensar a tendência de queda da taxa de lucro em curto prazo; durante um tempo suficientemente longo, a tendência afirmar-se-á por si mesma. A diminuição das taxas de lucro levará eventualmente a uma diminuição na acumulação e isto produzirá os fenômenos de crises, “erupções violentas que restabelecem o equilíbrio perturbado” entre a acumulação e a preservação dos valores de capital existentes “por enquanto” (1981, p. 357 [2013, p. 288]). Eles fazem isso aumentando a taxa de lucro, principalmente produzindo uma desvalorização do capital à medida que os meios de produção existentes são vendidos a preços abaixo de seus valores, e também forçando uma redução dos salários, diminuindo assim o valor da força de trabalho e aumentando a taxa de mais-valor (a razão entre o mais-valor produzido e o valor da força de trabalho empregada).

O entendimento de Harvey sobre a lei de Marx é este:

a paixão necessária dos capitalistas por uma mudança tecnológica que produza mais-valor, quando associada ao imperativo social “acumulação pela acumulação”, produz um excesso de capital em relação às oportunidades de emprego desse capital (p. 192 [2013, p. 268]).

Marx fala da queda da taxa de lucro como levando a uma “superprodução de capital”, no sentido da produção de capital que não pode ser empregada de forma lucrativa (1981, p. 360 [2017, p. 291]). A formulação de Harvey pode ser interpretada de acordo com a concepção de Marx, segundo a qual a tendência de queda da taxa de lucro resulta da tendência, inerente ao capitalismo, de uma “redução relativa do capital variável em relação ao constante e, portanto, também ao capital total posto em movimento” (1981, p. 318 [2017, p. 250]). Dado o limite físico da jornada de trabalho, cujo

¹² Optamos por traduzir a partir da versão em inglês citada por Mattick Jr. Entre colchetes está indicada a edição em português: Karl Marx, O capital, livro III, São Paulo, Boitempo, 2017. (Nota do Tradutor)

trabalho deve ser dividido entre a reprodução da força de trabalho e a produção de mais-valor, isto implica uma diminuição da produção de mais-valor em relação ao capital total¹³. Embora uma taxa decrescente de lucro seja inofensiva, segundo Marx, contanto que a massa de lucro gerada permaneça suficientemente grande para tornar possível a continuação da acumulação, em algum momento a massa será insuficiente, já que a escala de acumulação existente estabelece um limite mínimo para novos investimentos: “o desenvolvimento da produtividade social do trabalho... significa que uma quantidade cada vez maior de capital é necessária para colocar a mesma quantidade de mais-trabalho em movimento e para absorver a mesma quantidade de trabalho excedente” (1981, p. 328 [2017, p. 260]). Neste ponto, a queda da lucratividade produziu um excedente de capital em relação às possibilidades de investimento. Isto é, na teoria de Marx, uma *insuficiência* de capital aparece como um excedente; parece não haver onde investir porque as possibilidades de investimento existentes não são suficientemente lucrativas (daí a tendência de substituir a especulação, o jogo por grandes ganhos em curto prazo, por investimento produtivo).

Apesar das aparências iniciais, a teoria de crise de Harvey, como ele a desenvolve, revela-se bastante diferente desta. Na verdade, ele está convencido de que Marx estava errado ao se concentrar na queda da taxa de lucro em sua teoria da crise, atribuindo isto à “sua ansiedade de corrigir os economistas políticos” de cuja obra *O Capital* é uma crítica. Isto desviou Marx “da lógica de sua própria argumentação a tal ponto que o que deveria ter sido uma proposta tangencial parece fundamental” (2004, p. 180 [2013, p. 252]). Seguindo seu padrão habitual de elogios gerais e críticas específicas, Harvey acha que “o argumento da queda da taxa de lucro de Marx” é errôneo, de fato “não é particularmente bem aprimorado ou rigorosamente definido” (2004, p. 181 [2013, p. 254]), mesmo que “consiga desmascarar o que poderia ser a fonte fundamental das crises capitalistas: a contradição entre a evolução das forças produtivas de um lado e do outro as relações sociais nas quais se baseia a produção capitalista” (2004, p. 180 [2013, p. 252]). Todo o trabalho de Marx em seus três livros, que culminaria na declaração de sua grande descoberta, a “lei mais importante” da economia política, é um fracasso;

¹³ Para uma explicação dessa ideia ver Cogoy, 1987, pp. 54-74.

apenas a vaga generalização sobre as forças produtivas e as relações sociais tem um valor duradouro. Cabe a Harvey fornecer imediatamente uma teoria adequada para capturar “a lógica interior do capitalismo como um todo” e “as formas concretas” assumidas “na superfície da sociedade” (2004, p. 182 [2013, p. 254]).

O fracasso de Marx, segundo Harvey, resulta de não ter integrado em seu modelo de acumulação do livro I, as descobertas feitas no modelo de reprodução construído no livro II, e depois de ter recusado “abordar o papel do sistema de crédito e a taxa de juros no segundo livro d’*O Capital*” (2004, p. 188 [2013, p. 260]). (Esta é outra confusão de níveis de abstração: Harvey parece não ter consciência de que as categorias de crédito e juros não têm lugar no segundo livro de Marx, que, como o primeiro, considera que o capital consiste apenas de empresas produtivas que adiantam seu próprio capital e executam suas próprias tarefas de circulação). Em sua teoria do “primeiro recorte” da crise, que afirma “minimizar os danos e resgatar pelo menos uma parte do argumento de Marx” (2004, p. 188 [2013, p. 260]), Harvey coloca a previsão de Marx de uma lucratividade decrescente contra as condições de “crescimento harmonioso equilibrado” que ele entende que o esquema de reprodução do livro II retrata. Sua teoria do “segundo recorte” esforça-se em “integrar o aspecto financeiro e monetário dos negócios com a primeira análise sobre as forças que produzem desequilíbrio na produção” (2004, p. 325 [2013, p. 421]). Finalmente, sua teoria do “terceiro recorte” vai além de Marx “para integrar a geografia do desenvolvimento desigual na teoria da crise” (2004, p. 425 [2013, p. 536]), seguindo a tradição marxista de estender a teoria n’*O Capital* a um relato do imperialismo.

Ao longo da obra, Harvey emprega o conceito de equilíbrio, central para a ortodoxia da economia burguesa desde o século XIX, também como uma noção chave em uma crítica marxista da economia política. Assim, a visão principal (“primeiro recorte”) de Marx é descrita como a ideia de que:

Para que a quantidade de capital em circulação permaneça em equilíbrio com a limitada capacidade de realizar aquele capital através da produção e do câmbio – uma condição implicada pela estabilização da taxa de lucro – então uma parte do capital total deve ser eliminada. Para que se restabeleça o equilíbrio, então a tendência à sobreacumulação deve ser contrabalançada por processos que eliminam o capital excedente da circulação (2004, p. 193 [2013, p. 268]).

Harvey defende que isto é realizado, na visão de Marx, pela desvalorização do capital, tanto como meio de produção quanto como mercadoria produzida, o que serve “para equilibrar o capital circulante total com a capacidade potencial de produzir e realizar mais-valor sob relações de produção capitalistas” (2004, p. 202 [2013, p. 279]).

Marx, de fato, como já mencionado acima, fala da crise como contrabalanço à queda da taxa de lucro através da desvalorização do capital. Mas isto não pode levar ao reestabelecimento do equilíbrio, pois este não é, aos seus olhos, um estado em que a economia capitalista possa estar, exceto por acidente temporário. O problema não é, lembremos, muito capital, mas muito pouco em relação à escala da acumulação, por causa de um nível de lucratividade muito baixo. A desvalorização do capital, alcançada através da deflação dos preços das mercadorias, falências e consolidações corporativas, serve para Marx não – como Harvey desejaria – para colocar a quantidade de capital “em equilíbrio” com oportunidades de investimento, mas para aumentar a taxa de lucro. Isto significa uma nova oportunidade de vida para a acumulação capitalista, um processo que por seu constante deslocamento de recursos econômicos entre campos de investimento e por sua constante reconfiguração dos métodos de produção, torna impossível qualquer tendência ao equilíbrio. Nas palavras de Henryk Grossmann¹⁴, talvez o melhor analista deste aspecto da teoria marxiana,

o “curso normal”, o “estado de equilíbrio”, para Marx significa não um processo “médio” ou “típico” ou “mais frequente”, mas um curso de reprodução livre de perturbações puramente imaginários (sob condições fictícias), que não ocorre na realidade e serve apenas como uma ferramenta metodológica de análise (2007, p. 54)¹⁵.

Para Marx, portanto, não é o desequilíbrio – o estado normal do capitalismo – que produz a crise, mas o bloqueio do processo de acumulação constantemente

¹⁴ Um interessante debate sobre as teses de Grossmann a respeito do “colapso do capitalismo” ocorre na década de 1930 a partir de textos críticos e autocríticos de Paul Mattick, Karl Korsch e Anton Pannekoek. Cf. KORSCH, Karl; MATTICK, Paul; PANNEKOEK, Anton. ¿Derrumbe del capitalismo o sujeto revolucionario?. México-DF: PyP, 1978. (Nota da Revista Enfrentamento)

¹⁵ Harvey cita este trabalho, mas sua descrição do mesmo como tratando da teoria da ruptura capitalista de Marx sugere uma confusão com a obra prima de Grossmann, *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems* [A Lei da Acumulação e o Colapso do Sistema Capitalista] (Grossmann, 1929), que Harvey não mostra sinais de ter lido. A leitura errada dos esquemas de reprodução do livro II como propondo um modelo de crescimento equilibrado (2004, p. 132 [2013, p. 198]), longe de ser peculiar para Harvey, reflete uma tendência geral dos escritores contemporâneos de ver a teorização de Marx através da lente da economia acadêmica.

desequilibrador produzido pela lucratividade insuficiente do capital. Para Harvey, em contraste, são “os comportamentos errantes dos capitalistas individuais que constituem uma fonte primária de desequilíbrio na produção” (2004, p. 325 [2013, p. 421]). Sua teoria do “segundo recorte” investiga até que ponto este desequilíbrio pode ser neutralizado pelo sistema de crédito que, agindo através da própria crise, “racionaliza e reestrutura a produção” e “estabelece a base material para fases posteriores de acumulação” – um “aspecto da especulação que Marx ignora” (2004, p. 326 [2013, p. 423]). Sobretudo, a utilização pelo Estado do mecanismo de crédito pode “trazer as forças produtivas e as relações sociais de volta a alguma posição de equilíbrio a partir da qual o processo de acumulação pode ser renovado” (2004, p. 327 [2013, p. 423]). A versão da teoria keynesiana aqui sugerida é amplificada e esclarecida no recente livro de Harvey, *The New Imperialism [O Novo Imperialismo]*: suponha, diz ele, que o Estado e as instituições financeiras privadas (ele, aparentemente, não vê nenhuma razão para distinguir entre o caráter econômico destas) “criem um capital fictício aproximadamente equivalente ao capital em excesso preso à produção de... [mercadorias] e o transformem em projetos orientados para o futuro, digamos, na construção de estradas ou educação, revigorando assim a economia” (2003, pp. 113-114).

Tais usos das finanças resolvem o problema do “capital excedente”, “absorvendo-o”, lidando assim com a crise de sobreacumulação. Estranhamente não há menção ao *Capital Monopolista* de Baran e Sweezy, os clássicos fornecedores do que se chamava keynesianismo de esquerda e os inventores, até onde sei, da frase “absorção do excedente”¹⁶. De qualquer maneira, Harvey compartilha com outros keynesianos de esquerda e liberais a ideia de que se os gastos do Estado:

em ambientes construídos ou melhorias sociais se mostrarem produtivos (ou seja, facilitarem formas mais eficientes de acumulação de capital futuramente), então os valores fictícios serão resgatados (seja diretamente pela aposentadoria da dívida ou indiretamente na forma de, digamos, declarações fiscais mais altas para pagar a dívida do Estado) (2003, p. 114).

¹⁶ Ver: Baran e Sweezy (1966, p. 108). Curiosamente, Harvey cita a crítica de Mario Cogoy de 1973 à esquerda keynesiana, citada acima, mas não a discute. Assim, ele não considera como ela poderia se aplicar às suas próprias ideias, nem explica por que a rejeita.

Da perspectiva de Marx, é claro, tal “investimento” não pode ser produtivo, pelo menos no sentido capitalistamente relevante de produzir mais-valor. Em princípio, o mais-valor futuro produzido por uma nova acumulação de capital poderia ser usado para pagar a dívida estatal ou privada investida em recursos não produtivos capitalistamente, mas mesmo isso representaria uma dedução líquida do mais-valor produzido. E, historicamente, não tem sido possível pagar a dívida contraída, em escala acelerada, pelos governos capitalistas do mundo desde a Grande Depressão; daí o atual mau cheiro da teoria keynesiana, embora os governos sejam incapazes de abandonar a prática keynesiana sob pena de uma catástrofe econômica. No entanto, a ideia marxiana do capitalismo como um sistema social condenado a crises recorrentes, em uma escala que ameaça sua existência continuada, continua difícil de aceitar, uma vez que viola tão fortemente todas as outras visões da economia. Embora o trabalho de Baran e Sweezy tenha perdido seu antigo lugar de destaque no pensamento radical, dois de seus traços centrais – o esforço para preencher a lacuna entre as teorias marxiana e burguesa e a crença na possibilidade de governança estatal da economia – ainda estão vivos e bem na economia de esquerda. Talvez sua presença na obra de Harvey explique em parte a recepção positiva que ela tem recebido cada vez mais nas décadas seguintes desde sua publicação original. Ele certamente não está sozinho na defesa “da construção de um novo ‘New Deal’ liderado pelos Estados Unidos e Europa... para amenizar os problemas da sobreacumulação” (2003, p. 210), apesar de não sugerir de onde virá o dinheiro.

Enquanto isso, ele oferece sua teoria do “terceiro recorte” da crise “para integrar a geografia do desenvolvimento desigual na teoria da crise” (2004, p. 425 [2013, p. 536]). É, a seu ver, a própria desigualdade de desenvolvimento que torna possível aliviar temporariamente os efeitos da sobreacumulação à medida que o capital excedente é transferido para regiões relativamente subdesenvolvidas. Isto “oferece a perspectiva de uma restauração do equilíbrio [na economia global como um todo] através de uma reorganização das partes regionais” (2004, p. 429 [2013, p. 541]). No entanto, insiste, tais soluções só podem ser temporárias, pois as forças que levam ao desequilíbrio estão fadadas a reaparecer com o contínuo desenvolvimento capitalista. Em última análise, Harvey sugere que a destrutividade física da guerra é “o único meio que o capitalismo

tem à sua disposição para atingir os níveis de desvalorização agora necessários” (2004, p. 445 [2013, p. 559]).

É impossível não concordar com Harvey que se isto fosse verdade não poderia haver melhor razão para “declarar que é hora de o capitalismo desaparecer” (2004, p. 445 [2013, p. 559]). Contudo, esta análise da guerra como solução final para o suposto problema da “absorção do excedente”, esboçada em uma página, repousa, como vimos, sobre uma massa de confusões tão grande que é difícil dar consentimento intelectual onde é fácil sentir parentesco emocional. Não estou sugerindo, naturalmente, que a teoria de Marx deva ser necessariamente aceita como a verdade sobre o capitalismo. A tentativa de Harvey de fornecer uma crítica simpática e alternativa ao relato marxiano é, no entanto, fatalmente prejudicada tanto por sua incompreensão desse relato quanto por seu fracasso em desenvolver uma teoria própria que possa fazer frente à crítica de Marx a conceitos fundamentais da economia burguesa como “equilíbrio” ou lidar com as dificuldades identificadas nas últimas décadas em conceitos como “absorção do excedente”.

As fontes desta situação são mais profundas do que as forças e limitações particulares de Harvey como analista do capitalismo. Em um ensaio publicado em 1997, Tony Smith propôs que a teoria de Marx pode ser entendida como um “programa de pesquisa” no sentido lakatosiano¹⁷. Mas embora a construção teórica de Marx realmente tenha, como Smith argumenta, a riqueza e complexidade de conteúdo e o aparato analítico necessários para um projeto de teorização científica em andamento, o conceito de Lakatos não se aplica de fato. Há uma dimensão sociológica implícita na ideia de “programa de pesquisa” envolvendo a atividade de pesquisadores que operam com um conjunto compartilhado de categorias e procedimentos que está ausente no conjunto de perspectivas divergentes que se enquadram no nome de marxismo desde a vida do próprio Marx. Até hoje não há um consenso geral entre os marxistas sobre questões tão fundamentais como a análise do valor (visível, por exemplo, na incessante controvérsia sobre o assim chamado problema da transformação do valor em preço) ou o significado da dita lei de Marx da tendência da queda da taxa de lucro. É por esta razão que o

¹⁷ Smith (1997).

progresso na análise da dimensão econômica da sociedade capitalista requer continuamente novos confrontos com as ideias de Marx, seja para usá-las como base para trabalhos futuros ou para substituí-las por outras mais adequadas. Desse ponto de vista, o esforço representado pelo livro de Harvey é mais importante do que suas insuficiências.

Referências:

Baran, Paul and Paul Sweezy 1966, *Monopoly Capital*, New York: Monthly Review Press.

Cogoy, Mario 1987 [1973], 'The Falling Rate of Profit and the Theory of Accumulation', *International Journal of Political Economy*, 17, 2: 54–74.

Grossmann, Henryk 1929, *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*, Leipzig: Hirschfeld.

_____ 2007 [1941], 'Marx, Classical Dynamics, and the Problem of Equilibrium', *International Journal of Political Economy*, 36, 2: 6–83.

Harvey, David 2003, *The New Imperialism*, Oxford: Oxford University Press.

Jessop, Bob 2004, 'On the Limits of *The Limits to Capital*', *Antipode*, 36, 3: 480–96.

Marx, Karl 1976 [1867], *Capital*, Volume 1, Harmondsworth: Penguin.

_____ 1981 [1894], *Capital*, Volume 3, Harmondsworth: Penguin.

Mattick, Paul 1993, 'Marx's Dialectic', in *Marx's Method in 'Capital'*, edited by Fred Moseley, Atlantic Highlands: Humanities Press.

_____ 1997, 'Theory as Critique: On the Argument in Capital', in *New Investigations of Marx's Method*, edited by Fred Moseley and Martha Campbell, Atlantic Highlands: Humanities Press.

Smith, Tony 1997, 'Marx's Theory of Social Forms and Lakatos's Methodology of Scientific Research Programs', in *New Investigations of Marx's Method*, edited by Fred Moseley and Martha Campbell, Atlantic Highlands: Humanities Press.